

SISTEMA DE ENSINO APOSTILADO: UM “CAVALO DE TROIA”?

TEACHING SYSTEM BASED ON APOSTILLE: A "TROJAN HORSE"?

SISTEMA DE ENSEÑANZA CON CUADERNILLOS: UN “CABALLO DE TROYA”

Raquel de Melo Giacomini^I

Clarícia Otto^{II}

^IUniversidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina – Brasil. E-mail: rmgiaco@gmail.com

^{II}Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina – Brasil. E-mail: clariciaotto@gmail.com



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

Neste artigo, o objetivo é compreender a política utilizada para a implantação do Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), em escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis (SC), entre 2009 e 2012. O método utilizado foi observação e participação nos cursos de formação continuada de professores, ministrados pelo SEFE, aplicação de 82 questionários e realização de oito entrevistas com professores de escolas que utilizam o SEFE. Como aportes teóricos, tomamos o conceito de estratégias, de acordo com Michel de Certeau;

a produção de subjetividades, na acepção de Michel Foucault; e, a governamentalidade neoliberal, conforme indicado por Karla Saraiva e Alfredo Veiga-Neto. Dentre os resultados, inferimos que o SEFE adota estratégias de governamentalidade com características neoliberais, tais como: estímulo à competição, busca pela eficiência e qualidade, cumprimento de metas e práticas de meritocracia. Além disso, é possível identificar que a utilização do material didático do SEFE propicia a emergência de um profissional que atua de forma mecânica, o que pode conduzir a um paulatino processo de perda da autonomia docente.

Palavras-chave: Sistema Educacional Família e Escola. Estratégias. Governamentalidade neoliberal.

Abstract

In this article, the objective is to understand the policy used for the implementation of the Family and School Education System (SEFE) in municipal schools in Florianópolis (SC) between 2009 and 2012. The method used was observation and participation in the courses Of continuing education of teachers, administered by SEFE, application of 82 questionnaires and eight interviews with teachers of schools that use SEFE. As theoretical contributions, we take the concept of strategies, according to Michel de Certeau; The production of subjectivities, in the sense of Michel Foucault; And, neoliberal governmentality, as indicated by Karla Saraiva and Alfredo Veiga-Neto. Among the results, we infer that SEFE adopts governmentality strategies with neoliberal characteristics, such as stimulus to competition, search for efficiency and quality, fulfillment of goals and practices of meritocracy. In addition, it is possible to identify that the use of the SEFE didactic material propitiates the emergence of a mechanically active professional, which can lead to a gradual process of loss of teacher autonomy.

Keywords: Educational System Family and School. Strategies. Neoliberal Governmentality.

Resumen

En este artículo, el objetivo es entender la política utilizada para la implantación del Sistema Educativo Familia y Escuela (SEFE) en las escuelas de la red municipal de enseñanza de Florianópolis (SC), entre 2009 y 2012. El método utilizado fue la observación y participación

en los cursos de capacitación de profesores, impartidos por el SEFE, la aplicación de 82 cuestionarios y la realización de ocho entrevistas con profesores de escuelas que utilizan el SEFE. Como referencias teóricas, usamos el concepto de estrategias, de acuerdo con Michel de Certeau; la producción de subjetividades, según Michel Foucault; y la gubernamentalidad neoliberal, como indicado por Karla Saraiva y Alfredo Veiga-Neto. Entre los resultados, deducimos que el SEFE adopta estrategias de gubernamentalidad con características neoliberales, tales como: estímulo a la competencia, búsqueda de la eficiencia y calidad, cumplimiento de metas y prácticas de meritocracia. Asimismo, es posible identificar que el uso del material didáctico del SEFE propicia la aparición de un profesional que actúa mecánicamente, lo que puede llevar a un proceso gradual de pérdida de la autonomía docente.

Palabras clave: Sistema Educativo Familia y Escuela. Estrategias. Gubernamentalidad neoliberal.

1 Introdução

O Cavalo de Troia aparece nas narrativas sobre a Guerra de Troia que durou cerca de 10 anos. Trata-se de uma estratégia do exército grego que pôs fim à Guerra, travada entre povos gregos, habitantes da Grécia Antiga e troianos que habitavam a região da atual Turquia, aproximadamente em 1300 a.C. A estratégia consistiu em construir um grande cavalo de madeira, o qual foi dado de presente aos troianos como símbolo de desistência da guerra e de volta à paz. Os troianos aceitaram o presente e o levaram para dentro dos muros protetores da cidade. Porém, não imaginavam tratar-se de um astuto plano, pois, em seu interior se escondiam soldados gregos que, na hora oportuna, entraram em ação e destruíram a cidade de Troia (HOMERO, 2006).¹

Tal metáfora ajuda a compreender um conjunto de estratégias para a entrada e implantação dos sistemas de ensino privados em escolas públicas no Brasil e, mais especificamente, o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE) em Florianópolis (SC).² As empresas privadas que se voltam para a área educacional vêm ampliando sua esfera de ação

¹ O episódio do “Cavalo de Troia” é narrado por Homero na *Odisséia* e ampliado por outros escritores. Na *Ilíada*, Homero fala da Guerra sem mencionar a construção do cavalo de madeira.

² Os sistemas de ensino fornecem para as redes públicas de ensino material didático em forma de apostilas e serviços como formação de professores e consultorias nas escolas.

desde os anos 1990, por meio de estratégicas parcerias com o setor público, especialmente o municipal. Mesmo que em seus discursos anunciem o contrário, objetivam lucrar com a venda de seus produtos e serviços educacionais. Cassiano (2007, p. 191-192, grifos da autora), indica que “a comercialização de *sistemas de ensino* pelas tradicionais editoras de livros didáticos, em especial para a rede pública, é outra novidade observada no ramo dos escolares, na medida em que esse tipo de produto tinha venda restrita às escolas particulares”.

No Brasil, é crescente a atribuição de responsabilidades com a educação fundamental aos municípios e consequente dependência, por parte desses, da esfera privada. Sendo assim, as parcerias público-privadas vêm provocando mudanças sorrateiras no campo da educação pública. Este artigo apresenta parte de uma pesquisa sobre os sistemas de ensino privados e objetiva, de modo específico, fomentar o debate acerca da crescente adoção do SEFE, do Instituto UniBrasil, por escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis (RME), SC (2009-2012). Trata-se de um Sistema de ensino composto por um conjunto de material didático, formação de professores e consultorias.

Metodologicamente, na coleta de dados, houve observação e participação nos cursos de formação continuada de professores, ministrados pelo SEFE, aplicação de 82 questionários e realização de oito entrevistas com professores de escolas que utilizam o SEFE e uma entrevista com o secretário municipal de educação. No que tange aos aportes teóricos, foram movimentados o conceito de estratégias, de acordo com Michel de Certeau (2008); categorias de Michel Foucault acerca das relações de poder; e, a governamentalidade neoliberal, conforme indicado por Karla Saraiva e Alfredo Veiga-Neto (2009). Tais conceitos servem como potenciais ferramentas na pesquisa educacional de modo a problematizar as mudanças das práticas educacionais na referida rede de ensino.

2 Sistemas de ensino privado: uma governamentalidade neoliberal?³

De acordo com Savaiva e Veiga-Neto (2009), nas últimas décadas estão ocorrendo mudanças profundas nas práticas sociais, tendo em vista as transformações proporcionadas por uma sociedade neoliberal que possui como característica principal a competição. Segundo

³ Compreendemos que governamentalidade diz respeito a questões governamentais referentes ao surgimento do Estado Moderno, isto é, ao governo político. E, governo, refere-se à condução de conduta.

os autores, isso faz com que a governamentalidade na sociedade contemporânea possua características de uma sociedade neoliberal, o que significa dizer que a governamentalidade neoliberal “intervirá para maximizar a competição, para produzir a liberdade para que todos possam estar no jogo econômico” (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 189).

Segundo os autores, as principais transformações na sociedade contemporânea foram: a passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumidores e a mudança da instituição de produção de mercadorias, que era a fábrica, para a empresa, local de inovação e invenção. O regime de trabalho na empresa “não prioriza mais o corpo em seus movimentos mecânicos, mas a alma e seu poder criativo” (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 191). Assim, Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 194-195) argumentam que “a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo marca a passagem da ênfase nos corpos dóceis para a ênfase nos cérebros flexíveis e articulados. Cérebros que, por sua vez, comandam corpos que também têm de ser flexíveis”.

Essas transformações fazem com que o diagrama de forças da sociedade contemporânea mude, assim como o modo como se constitui a governamentalidade. Com isso, na esteira de Foucault, Saraiva e Veiga-Neto apresentam uma nova forma de poder: o noopoder. “Para Aristóteles, o *nous* é a parte mais elevada da alma. O noopoder atua modulando os cérebros, capturando a memória e a atenção. Ele não substitui a disciplina nem o biopoder, mas se articula a eles, entra na composição de um novo diagrama de forças” (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 195). O noopoder atua prioritariamente na reorganização dos jogos de poder, criando sociedades de controle, cujas características são:

Cooperação entre cérebros, por meio de redes; dispositivos tecnológicos arrojados, que potencializam a captura da memória e da atenção; processos de sujeição e de subjetivação para a formação de públicos. O noopoder age sobre as mentes com o objetivo de formar a opinião pública, isto é, o noopoder se exerce pela modulação da memória e da atenção [...]. A entrada do noopoder e de seus dispositivos de controle correlatos redistribuem a governamentalidade, fazendo com que as empresas estejam a desempenhar um papel possivelmente maior do que o papel do Estado (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 195-196).

A ampliação do mercado para a venda dos produtos e serviços educacionais e consequente incidência sobre o espaço público pode ser vista como mais uma forma de noopoder. Então, ao pensar nos sistemas de ensino e no modo como eles operam suas

estratégias de produção e venda, podemos entender que estão inseridos numa lógica empresarial e exercem o poder por meio de uma governamentalidade neoliberal.

Lellis (2007, p. s/p) ressalta que a maioria dos Sistemas teve sua origem nos cursinhos de pré-vestibular, sendo este “um fenômeno bastante brasileiro, motivado pelo grande número de jovens da ascendente classe média das décadas de 1950 em diante, que disputavam as vagas escassas das universidades”.

Na medida em que ao longo do século XX a procura pelo ensino superior se intensificou no Brasil e a relação entre o número de candidatos de vagas oferecidas aumentou, o mercado de atuação dos cursinhos também cresceu. Os cursinhos pré-vestibulares então se multiplicaram sem nenhum controle ou legislação que interferisse em sua organização e funcionamento. Pode-se abrir um cursinho como se abre um negócio qualquer; trata-se de uma iniciativa privada (PIERONI, 1998, p. 1).

Os cursinhos começaram a se transformar em sistemas de ensino na década de 1980, em virtude da má qualidade na educação pública e da precariedade da formação de professores nesse período. Logo, o fato de os cursinhos possuírem material didático próprio e proporcionarem aos alunos a conquista do sucesso no vestibular foram os fatores determinantes para o sucesso inicial dos sistemas de ensino (LELLIS, 2007).

Dessa maneira, sobretudo na década de 1990, “os cursinhos penetraram sua atuação rumo as instâncias regulares da educação nacional (ensino fundamental e médio) através de um modelo de concessão de franquias espalhadas por todo o território nacional” (PIERONI, 1998, p. 7). O modelo de escola franqueada, conveniada ou parceira, é aquele em que uma escola privada compra o material de um sistema de ensino e passa a ser autorizada a usar a marca de tal empresa, como também a realizar o ensino conforme a metodologia indicada pelo Sistema ao qual se vincula. Conforme Amorim (2008, p. 39), “a escola que se filia a este tipo de ensino assemelha-se a uma franquia, assim como ocorre com grandes redes de *fast-food*”. Portanto,

é o material didático comercializado por estes Sistemas de Ensino que, a princípio, organiza, define, e programa a atividade docente; que estabelece os parâmetros e as regras que vão direcionar o funcionamento das unidades franqueadas e que controla o comportamento, os procedimentos e os resultados de diretores, funcionários, professores e alunos (PIERONI, 1998, p. 207).

Lellis (2007, p. s/p) lembra que foi “na virada do século, quando o mercado de escolas privadas deu os primeiros sinais de saturação, os sistemas, fundados na lógica empresarial de expansão, buscaram mais um mercado, a aparentemente inacessível escola pública”. Na mesma direção, Cassiano (2007) salienta que os sistemas de ensino são comercializados por empresas do ramo editorial que, de maneira geral, já possuíam o controle do mercado do livro didático. Segundo a autora, o oligopólio do mercado brasileiro de livros didáticos, em fins do século XX, passou das empresas familiares para os grandes grupos empresariais, as quais possuem elevados recursos financeiros para produção e marketing dos seus produtos. Por consequência, no início do século XXI, emergiu uma nova tendência no mercado: as editoras privadas passam a vender sistemas de ensino para as escolas públicas da educação básica. Dessa forma,

a comercialização de *sistemas de ensino* pelas tradicionais editoras de livros didáticos, em especial para a rede pública, é outra novidade observada no ramo dos escolares, na medida em que esse tipo de produto tinha venda restrita às escolas particulares, vendas estas realizadas, geralmente, pelos grandes cursos pré-vestibulares (CASSIANO, 2007, p. 191-192, grifo da autora).

Justamente nos anos noventa do século XX, houve um acelerado crescimento no processo de municipalização do ensino fundamental, movido pela Emenda Constitucional nº 14/96 e criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). Em Santa Catarina, foi no governo de Paulo Afonso Evangelista Vieira (1995-1998) que se deu início à implantação da referida Emenda, e, assim, aos municípios, se delegou a responsabilidade pelo ensino fundamental (SCHMIDT, 2000, p.87).

Convém lembrar que a proposta de o município priorizar o ensino fundamental e a educação infantil, já encontra respaldo na Constituição de 1988, em seu artigo 211, parágrafo 2º, o qual prevê que os “municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola” (BRASIL, 1988). Nessa direção, ancorada na carta constitucional da nação, também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 11, parágrafo V, define que aos municípios compete “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de

ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência” (BRASIL, 1996).

Arelaro (2007, p. 910) afirma que o processo de municipalização do ensino ocorreu de forma abrupta, e os municípios não tiveram tempo e condições técnicas e financeiras para se adaptar à nova lógica, e isso teve consequências, sendo uma delas as baixas notas nas avaliações nacionais. De acordo com a autora, esse pode ser o motivo do estabelecimento da parceria público-privada dos municípios com as empresas de sistemas de ensino. Já Adrião et al. (2009, p. 803) afirmam que a reforma do Estado, ocorrida na década de 1990, e o processo de descentralização da educação foram fundamentais para a emergência das parcerias público-privadas.

Podemos afirmar que o Estado de São Paulo é o que tem maior número de casos de municípios usando sistemas de ensino privados. Isso pode ser percebido, pois algumas pesquisas que se debruçam a estudar o tema sinalizam para o crescimento desse serviço em tal Estado como, por exemplo, a de Adrião et al. (2009, p. 805) a qual apresenta que, entre os anos de 1994 e 2007, 154 municípios declararam possuir algum Sistema; também, a pesquisa de Nascimento (2012), que investiga sobre sistemas de ensino utilizados na educação infantil, mostra que 29 municípios possuíam algum Sistema, entre 2008 e 2009.⁴

Em Santa Catarina, ainda não foi possível saber efetivamente quantos e quais municípios usam sistemas de ensino privados, visto que, na maioria dos sites das prefeituras e das empresas, tal dado não é divulgado. Ademais, não há nenhuma pesquisa no Estado catarinense cujo tema foram tais Sistemas. Todavia, há indicativos do uso de Sistemas privados, como, por exemplo, o site da prefeitura de Caçador (SC) expõe que, além do próprio, também os municípios de Fraiburgo, Iomerê, Arroio Trinta, Salto Veloso, Chapecó, São José usam o SEFE.⁵ O site da prefeitura de São Bento do Sul também informa que na rede municipal de educação utiliza o SEFE.⁶

⁴ As pesquisas de Amorim (2008), Nicoletti (2009), Cain (2009), Boim (2010) e Mirandola (2010) também tratam de sistemas de ensino utilizados em municípios de São Paulo.

⁵ Foram enviados e-mails para diferentes contatos do SEFE com o intuito de saber em quais Estados e municípios do país esse Sistema atua, mas não se obteve resposta.

⁶ Disponível em: <<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/noticia/9753>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

3 O SEFE na rede de ensino de Florianópolis

Especificamente em Florianópolis, em 2009, o SEFE fez encaminhamentos a fim de selar parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME). A compra do Sistema pela SME insere-se nas políticas de parcerias público-privadas. A parceria público-privada foi iniciada no referido ano, na gestão do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), sendo o secretário de educação, na época, Rodolfo Pinto da Luz. A primeira escola da RME a utilizá-lo foi a Escola Básica Municipal Donícia Maria da Costa, localizada no bairro Saco Grande. Essa escola aceitou a proposta da empresa para usar o material, de forma experimental, no segundo semestre desse ano. O fornecimento gratuito do material para a análise e/ou uso é uma das estratégias comerciais das editoras para criar vínculos com os professores e/ou gestores das secretarias de educação e assim conseguir realizar a venda de seu material (CASSIANO, 2007). Por exemplo, em 2012, o valor que a empresa cobrou pela implementação do SEFE na RME de Florianópolis foi de R\$ 1.315.000,00.⁷

No ano seguinte, a SME começou a abrir licitação pública no início de cada ano letivo para a compra de um sistema de ensino, sendo o SEFE o vencedor nos três anos (2010, 2011, 2012). Segundo os responsáveis da SME pelo SEFE, as escolas não são obrigadas a aderir ao Sistema, por isso não são todas as escolas da RME que utilizam o material do SEFE. Muito embora se anuncie acerca da autonomia das escolas, houve uma progressiva adesão das escolas ao SEFE: no ano seguinte de sua experimentação, em 2010, das 35 que contemplam os anos iniciais, treze estavam utilizando o material do SEFE; em 2011, eram dezesseis e; em 2012, vinte escolas.

Em 2012, o SEFE já tinha seu mercado ampliado para vinte escolas da RME, dentre as 35 escolas que possuíam turmas de anos iniciais (Quadro 1).

⁷ Parecer nº 01/2012, da Comissão de Avaliação do material do SEFE submetido ao Edital Pregão Presencial nº 024/SMAP/DLC/2012. Destacamos que, embora seja nominada “Comissão de Avaliação”, o trabalho desta, de acordo com tal Parecer, seguiu um viés apenas técnico, pois se restringiu a conferir se o material do SEFE estava de acordo com o que estava estabelecido no edital da licitação.

Quadro 1: Escolas da RME de Florianópolis que adotaram o SEFE (2009-2012)

ESCOLAS	ANO DE ADOÇÃO
Escola Básica Donícia Maria da Costa*	2009
Escola Básica Antônio Paschoal Apóstolo**	2010
Escola Básica Osmar Cunha	2010
Escola Desdobrada Jurerê	2010
Escola Desdobrada Praia do Forte	2010
Escola Básica João Alfredo Rohr	2010
Escola Desdobrada José Jacinto Cardoso	2010
Escola Básica Batista Pereira	2010
Escola Básica José Amaro Cordeiro	2010
Escola Básica Albertina Madalena Dias	2010
Escola Desdobrada Marcolino José de Lima	2010
Escola Básica José do Valle Pereira	2010
Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva	2010
Escola Básica Adotiva Liberato Valentim	2011
Escola Desdobrada Costa de Dentro	2011
Escola Desdobrada Osvaldo Galupo	2011
Escola Básica Henrique Veras	2011
Escola Básica Acácio Garibaldi São Thiago	2012
Escola Básica Osvaldo Machado	2012
Escola Básica Mancio Costa	2012
Escola Básica João Gonçalves Pinheiro	2012

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental. Florianópolis, 2012.

* Usou o material do SEFE, de forma experimental, em 2009 e em 2010 aderiu ao Sistema.

** Utilizou o material do SEFE apenas em 2010.

De acordo com o censo escolar realizado em 2011, a RME de Florianópolis possuía um total de 8.533 alunos matriculados nos anos iniciais da educação básica.⁸ Desse total, em 2012, conforme número previsto no Edital para a aquisição do material, verificamos que 5.415 utilizavam o material do SEFE (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 13). Ou seja, mais da metade dos alunos matriculados nos anos iniciais.

Adrião et al. (2009, p. 801) ressaltam que a compra dos sistemas de ensino privados “representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de uma estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público”. Nesse sentido, corroboramos com as autoras quando afirmam que, “para além de mera aquisição de apostilas ou cursos pelos governos municipais, trata-se da transferência para a esfera privada da função de elaboração e operacionalização de política pública até então exercida pela esfera pública estatal” (2009, p. 802), uma vez que, no que se refere especificamente o SEFE, a empresa fornece: (1) Coleção Caminhos: composta por dezesseis volumes de apostilas de 1º ao 5º ano. (2) Material didático para o professor. (3) Material didático de apoio, como cartazes, alfabetos ampliados, caderno de registro, entre outros. (4) Fornecimento de 40 horas/aula por ano de assessoramento pedagógico, para os professores e equipe técnico-pedagógica da SME; para os professores do 1º ano, são 96 horas/aula. (5) Plataforma virtual para o atendimento dos professores para sanar possíveis dúvidas. (6) Consultoria dos assessores do SEFE nas escolas. (7) Cursos de capacitação a distância. (8) Oficinas, palestras e orientações para os pais com material específico – Coleção Família & Escola.⁹

Em notícia divulgada no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 2010, a SME afirmou que “o SEU¹⁰ foi criado para contribuir com a melhoria do ensino público, por meio de parceria estabelecida com as secretarias municipais de Educação”. Além disso, diz que ele “será responsável pela formação dos profissionais que trabalham nestas escolas”. A justificativa para a compra do material é a seguinte: “o objetivo da implantação do SEU é unificar o sistema de educação da rede municipal”, pois “ajudará quando algum aluno precisar

⁸ INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso em: 7 jun. 2012.

⁹ Todo o material didático do SEFE é consumível. Destacamos que não há nenhuma avaliação dos serviços e material didático do SEFE pelo Ministério da Educação (MEC).

¹⁰ Até o ano de 2011 o SEFE tinha o nome de Sistema Educacional Unibrasil (SEU). Embora tenha a mudança de nome os materiais e serviços são os mesmos.

mudar de escola”.¹¹ Como relatado pelo secretário de educação, um dos motivos principais para a compra do material é que o uso de um sistema apostilado contribui para a melhoria da qualidade da educação, tendo em vista o aumento nas notas das escolas da RME de Florianópolis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb),¹² de 2011.

Ainda sobre os motivos que levaram à compra do SEFE para a RME, Oliveira (2011, p. 123), afirma que assim como a contratação de outros sistemas de ensino privados em muitos municípios brasileiros, a contratação do SEFE em Florianópolis se deu para melhorar os resultados na Prova Brasil, pois, foram implementadas metas para o Ideb que os municípios precisam alcançar. Dessa maneira, como bem apresentam Saraiva e Veiga-Neto (2009), há uma mudança na forma de se exercer o controle numa governamentalidade neoliberal. Assim, o controle não está mais sobre o corpo do sujeito, mas sim, é exercido por meio dos indicadores de qualidade e o cumprimento de metas. “Desse modo, a avaliação perde a ritualização do exame dos sistemas disciplinares para entrar numa prática empresarial de indicadores e metas” (SARAIVA, 2010, p. 132).

Retomando a metáfora do Cavalo de Troia, vale lembrar que até hoje não se sabe ao certo se o grande cavalo de madeira dado pelos gregos, de presente aos troianos, é uma criação literária ou se de fato existiu. Entrementes, o que interessa aqui ressaltar é que, muito embora de modo diverso da história desse episódio, seja ela ficção ou realidade, pesquisas como as de Adrião et al. (2009), Nascimento (2012), Nicoleti (2009), entre outras, indicam que os sistemas de ensino privados são tomados, pelos dirigentes das secretarias de educação, como símbolos de parcerias que resultarão em renovação, progresso, eficiência, melhoria do ensino público e qualidade na educação.

O Cavalo de madeira foi um presente dos gregos aos troianos simbolizando a sua rendição. Sem que imaginassem que se tratava de uma estratégia dos gregos, foi carregado pelos próprios troianos para dentro das muralhas da cidade. O interior do cavalo era oco e nele se escondiam os guerreiros inimigos que aguardavam o momento exato para conseguir o que pretendiam. Enquanto todos dormiam, soldados saíram do interior do cavalo, favoreceram a

¹¹ Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=1143>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

¹² O Ideb é um indicador de qualidade da educação básica, calculado com base no fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações nacionais. Por meio de seus resultados, são traçadas metas para serem alcançadas pelas escolas, com o intuito de melhorar a qualidade da educação do país. Disponível em: http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=5. Acesso em: 30 set. 2012.

entrada do exército grego e destruíram a cidade troiana. Assim, na atualidade, a expressão Cavalo de Troia remete ao significado de engodo que provoca destruição. No início, provoca euforia, anima as pessoas para a festa, para a premiação e homenagem. Todavia, a longo prazo, o “presente”, inicialmente atraente, acaba trazendo consequências desastrosas. Se o cavalo foi tomado pelos troianos como um prêmio, como símbolo da vitória, de rendição dos gregos, podemos indagar sobre o SEFE e o material por ele produzido: é símbolo de quê? De qualidade, comprovada em boas notas no Ideb? Atingir metas será sinônimo de qualidade na educação. Ademais, é preciso avaliar os impactos provocados pelo SEFE, no que se refere à ação do professor, como veremos a seguir.

4 SEFE: um “presente” de grego

As estratégias do SEFE atuam no sentido de gerenciamento sobre a ação dos professores com o objetivo de inculcar determinado currículo escolar. São estratégias de governo que buscam a normatização de práticas e conteúdos, exemplo disso é a coleção Caminhos, instrumento concreto que normatiza a prática diária do professor, uma vez que a orientação é de que ele precisa usar todos os volumes da coleção do ano escolar a que é destinado e na sequência proposta na apostila. A fala da professora Hortência mostra muito bem isso:

O conteúdo está no SEFE. Se eu vou fazer qualquer coisa eu vou andar rumo àquele conteúdo. Para que eu vou fazer uma coisa diferente? Eu preparo minhas aulas a partir da apostila, os extras, os projetos, as atividades, tudo isso, eu não fico inventando outra coisa, até porque nem dá tempo.¹³

Além disso, os relatos dos professores indicam para os outros instrumentos do SEFE que buscam fazer com que a coleção seja usada da forma estabelecida pelo Sistema. Trata-se de tecnologias de governo que buscam vigiar e controlar professores. Os cursos de formação ministrados pelo SEFE, para o qual os professores são convocados a participar, servem para treinar os professores a usar a coleção Caminhos. Os cursos também são um instrumento de vigilância grupal e individual, tendo em vista que, nesses cursos de formação

¹³ Entrevista concedida por Hortência. Florianópolis, 22 de novembro de 2012. Visando manter o anonimato dos professores entrevistados, os nomes atribuídos neste artigo são fictícios.

de professores, os assessores do SEFE controlam em que parte das apostilas os docentes estão, se já terminaram certo volume, feito determinada atividade e de que maneira, entre outros.

As consultorias, ou visitas realizadas por representantes do SEFE e SME nas escolas, são também entendidas como uma estratégia de vigilância, ou seja, uma forma de controle das ações dos professores. Os professores entrevistados relataram o quanto essa prática faz com que eles próprios se tornem vigias de si, dado que precisam usar a coleção da maneira delimitada pelo SEFE para poder mostrar seus materiais e dos alunos no dia da visita. Outra estratégia de vigilância é a supervisão escolar. Os supervisores escolares são sujeitos que estão diariamente nas escolas verificando o uso do SEFE. Assim, em algumas escolas, eram realizadas reuniões para saber em que parte da apostila o professor estava, se estava conseguindo cumprir aquilo para o qual havia sido orientado.

As tecnologias de governo do SEFE atuam no sentido de estímulo à competição, à busca pela eficiência e qualidade, ao cumprimento de metas, a práticas de meritocracia. Dessa maneira, compreendemos que o mencionado sistema de ensino traça estratégias de governo que possuem características de uma governamentalidade neoliberal. A busca pelo cumprimento de metas do Ibeb é exemplo disso.

Diante dessas questões, compreendemos que o SEFE possui um projeto harmônico. Numa perspectiva foucaultiana, suas estratégias são entendidas como uma rede de relações de poder, quer dizer, seus instrumentos incitam a ação dos professores, no sentido de realizarem suas práticas da forma estipulada pelo Sistema. São tecnologias de governo que normatizam, vigiam, controlam e disciplinam as ações docentes. De acordo com Certeau, as relações do SEFE e SME, de um lado, e com os professores, de outro, podem ser entendidas como um conflito entre dois grupos, uma relação de forças, no qual o forte busca fixar a maneira como os professores devem realizar suas ações.

De tal modo podemos inferir que, para o SEFE, o professor pode ser qualquer pessoa desprovida de formação pedagógica, desde que execute o que está indicado na apostila e do modo como orientado nos assessoramentos. Isso gera uma hierarquização de quem produz atividades e de quem as executa. Nesse sentido, o que compreendemos é que as ferramentas desse Sistema de ensino atuam dissimuladamente, no sentido de coibir a autonomia dos professores, de retirar sua capacidade de busca de conhecimento, seu potencial criador e de reflexão, enfim, visam à produção de um técnico. Ademais, foi possível identificar que a

utilização do material do SEFE propicia a emergência de um sujeito que atua de forma mecânica e conduz a um paulatino processo de desprofissionalização, haja vista que não é mais o professor que traça os objetivos de sua ação docente.

5 Considerações finais

Assim como a narrativa da Guerra de Troia, podemos inferir que em meio aos pacotes dos sistemas de ensino privados, podem-se ocultar estratégias que acabam minando, aos poucos, conquistas históricas dos mais diretamente envolvidos na educação, os professores. Se, por um lado, a contratação do sistema privado de ensino e o uso das apostilas em sala de aula podem auxiliar a organização do trabalho do professor e proporcionar uma possível uniformidade no tratamento dos conteúdos; por outro, tolhe a autonomia do professor na elaboração de seu programa de trabalho e de sua organização curricular, além de direcionar o funcionamento da própria rede escolar (NICOLETI, 2009, p. 80-81).

Adrião et al. (2009, p. 810) argumentam acerca da perda de autonomia das escolas e, principalmente, dos professores, no que diz respeito à elaboração e organização de sua própria proposta pedagógica:

A tentativa de padronização dos projetos pedagógicos e do trabalho realizado nas escolas é a principal justificativa dos dirigentes municipais de Educação para a realização de parcerias com sistemas de ensino privados. Buscam instaurar nas redes municipais uniformidade nos processos pedagógicos, alegando evitar ‘desigualdades’ entre as escolas. Se tal motivação revela uma preocupação com a possibilidade de que ações diferenciadas gerem qualidade também diferenciada, por outro lado, incide sobre a autonomia de escolas e docentes frente à organização do trabalho pedagógico ao retirar-lhes, como assegura a LDB, a possibilidade de organizarem suas práticas a partir de necessidades locais ou iniciativas próprias.

Nessa direção, se tomarmos o artigo 13 da LDB 9.394/96, o qual estabelece que dentre os deveres do professor está a elaboração conjunta e participação ativa na elaboração do projeto pedagógico da escola, podemos inferir que o SEFE funciona como empecilho nesse sentido.

De forma implícita, o governo do UniBrasil almeja que o professor deixe de ser autônomo no sentido de produzir material didático de acordo com a realidade de sua escola, do bairro no qual ela está inserida, uma vez que precisa dar conta de passar toda a apostila.

Nessa perspectiva, não se vê como importante que o professor avalie quais conteúdos são significativos, pois, os especialistas contratados pela empresa já realizaram essa escolha.

Diante dessas questões, vale o alerta de Santomé (2010, p. 23):

Construir um sistema educativo justo e atento à diversidade, comprometido com projectos curriculares antidiscriminação, obriga, entre outros aspectos, a prestar muita atenção às políticas de recursos didáticos, de materiais curriculares, de modo a que não funcionem como Cavalos de Tróia, e, cujos conteúdos, nem docentes, nem estudantes, nem as suas famílias aceitariam se estivessem conscientes das manipulações, erros e inclinações que escondem no seu seio.

É justamente nessa direção que prosseguimos nossas pesquisas. Felizmente, de acordo com o alerta de Santomé, é possível inferir que há docentes impedindo que o SEFE funcione como um Cavalo de Troia, mas essa é uma história a ser contada num próximo artigo.

Referências

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.
- AMORIM, I. F. de. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino**. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- ARELARO, L. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política?. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n.100, p. 899-919, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.
- BOIM, T. F. **O que e como ensinar**: Proposta curricular, Materiais Didáticos e Prática de Ensino nas Escolas Públicas Estaduais em São Paulo (2007-2008-2009). 2010. 40 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (5 de outubro de 1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 mar. 2012.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96.
- CAIN, A. A. **O atendimento ao ensino fundamental**: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de ‘sistema de ensino’. 2009. 271 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2009.

CASSIANO, C. C. de F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FLORIANÓPOLIS. **Edital Pregão Presencial n. 024/SMAP/DLC/2012**. 2012.

HOMERO. **A odisséia**. São Paulo: M. Claret, 2006. 416 p.

LELLIS, M. Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: EDUCAÇÃO E HISTÓRIA, 2007, São Paulo. **Anais do Simpósio Internacional do livro didático: educação e história**. São Paulo: Abrale, 2007. Não paginado. Disponível em: < <http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/sistemas-ensino-livros-didaticos.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

MIRANDOLA, C. B. S. **A contratação de uma empresa privada de ensino pela rede pública municipal de Poá-SP (Gestão 2005-2011): a voz dos professores do ensino fundamental I**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 59-80, jan./abr. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a03v17n49.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

NICOLETI, J. E. **Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto – SP**. 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2009.

OLIVEIRA, L. D. de. **Implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores: uma análise da rede municipal de Florianópolis (2005-2010)**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOMÉ, J. T. **O cavalo de tróia da cultura escolar**. Tradução: João M. Paraskeva e Isabel Vasconcelos Costa. Portugal: Edições Pedagogo, 2010. 86 p.

SARAIVA, K. Formação de professores nas tramas da rede: uma prática de governamentalidade neoliberal. **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 123-137, nov. 2010. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1794/1357>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago.

2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300/5538>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

SCHMIDT, W. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1997 a 1995)**. 2000. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VEIGA-NETO, A. Coisas de governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: D&A, 2002. p. 13-34.

Recebido em: 21/07/2015

Aprovado para publicação em: 31/08/2016

Publicado em: 27/04/2017